

O Regime do Contrato de Trabalho em Funções Públicas é um instrumento fundamental para o Governo conseguir levar a cabo as suas políticas de precarização e desregulamentação dos direitos dos trabalhadores. Consegue piorar o já péssimo Código do Trabalho. Começa pela Administração Pública para depois ir a todos os outros trabalhadores – como aliás já se sabe com o que está em cima da mesa na revisão do Código do Trabalho.

Esta é uma espécie de “import/export” em que se importa para a Administração Pública o que de pior há no privado, piora-se e depois exporta-se novamente para o privado.

Com este Regime (que nos faz lembrar o Regime derrotado pelo 25 de Abril) os trabalhadores têm uma séria redução dos seus direitos e uma fragilização do seu poder reivindicativo.

Introduz-se o despedimento por inadaptação, ou seja, sempre que der jeito o trabalhador pode ser despedido. Ainda que por via indirecta da contratação colectiva este possa ser evitado, os ataques e entraves a esta contratação são tais que ela fica praticamente esvaziada.

Podíamos até considerar que, na contratação colectiva, este Regime é mais positivo que o Regime do Privado uma vez que tem o princípio do tratamento mais favorável. Mas, tal

seria vantajoso se pudesse ser aplicado, o que dificilmente acontecerá uma vez que só podem ser negociadas em contratação colectiva matérias que estejam previstas em acordos gerais de carreira. Ou seja, se não houver acordo de carreira, não há mais nada a negociar. Ainda que haja acordo e que se possa negociar outras matérias, ficam logo sujeitas à caducidade, isto é, **não são só os contratos que estão a prazo mas também os direitos.**

Importa-se a adaptabilidade dos horários de trabalho e a redução do período de trabalho nocturno, limitando-se o pagamento do trabalho extraordinário ao mesmo tempo que se destrói uma das principais conquistas dos trabalhadores que é o direito a uma jornada de trabalho com um horário definido.

Tudo isto constitui um ataque directo aos direitos dos trabalhadores. E para os fragilizar ainda mais, são ainda introduzidas alterações à Lei Sindical que tentam limitar a actividade dos Sindicatos, a sua representatividade e o seu poder negocial.

Limita-se o número de dirigentes sindicais o que leva a que os Sindicatos maiores e mais representativos vejam a sua actividade limitada e sofram um corte no número de dirigentes.

É claro que esta pretensão do Governo não é inocente. **Para já porque os nossos sindicatos, para além de serem grandes em número de sócios são grandes na quantidade e qualidade do trabalho que fazem.** E esse trabalho tem estado a causar mossas grandes ao Governo.

Sócrates e o seu Governo esperavam matar dois coelhos de uma só cajadada: é muito mais fácil aplicar um Regime de Contrato de Trabalho arbitrário e que lança os trabalhadores para a insegurança permanente, para a ausência de direitos e para a precariedade, se o poder reivindicativo dos trabalhadores e a sua organização estiver limitada.

Como se não bastasse, procura-se esvaziar o poder negocial dos Sindicatos transferindo a negociação para as confederações sindicais em detrimento dos sindicatos do sector.

**Para os Sindicatos da Federação esta situação é inaceitável e exige-se que as estruturas implicadas, nomeadamente a nossa CGTP, tomem posição nesse sentido.**

O Governo, do seu pedestal só aceita negociar com mega-estruturas, que não sindicalizam directamente os trabalhadores, e pretende forçar que os sindicatos sejam substituídos pelas confederações para mais facilmente evitar o confronto directo com os trabalhadores do sector e os seus legítimos e mais directos representantes. Em matérias que afectam tão directamente os trabalhadores, quer o Governo introduzir um esquema de negociação o mais indirecto possível para ser mais fácil a retirada de direitos.

Assinar um acordo com o governo com propostas deste calibre - como fizeram o STE e a FESAP cumprindo o seu desígnio histórico - **constitui uma gigantesca traição aos trabalhadores porque significa aceitar que fiquem sem direitos e diminuam a sua capacidade reivindicativa**, retrocedendo aos tempos anteriores ao direito do trabalho e do trabalho com direitos. Governo e UGT são a mesma face da moeda.

Os trabalhadores sabem que o regime de Contrato em Funções Públicas, juntando à Lei dos Vínculos, Carreiras e Remunerações, à Lei da Mobilidade e ao SIADAP constituem o maior ataque aos seus direitos e não vão desistir de lutar.

Se não fosse pela luta, não se tinha forçado o Governo a recuar nalguns dos seus propósitos. Foi com a luta que se impediu:

- o aumento do horário de trabalho das 35 para as 40 horas semanais,
- a redução das férias,
- a redução do período normal de trabalho com suspensão do contrato de trabalho e perda de remuneração,
- a recusa de entrada das direcções sindicais marcarem reuniões nos locais de trabalho, que volta a ser possível.

Conseguiu-se ainda que os contratos de trabalho mal feitos não fossem declarados nulos e o trabalhador despedido. Ao invés, têm de ser corrigidos mantendo-se o trabalhador em funções.

- Conseguimos a possibilidade de ingresso por concurso para os trabalhadores contratados há mais de cinco anos, não sendo o ideal é um avanço.
- Mesmo a questão da negociação sindical, estando longe do que devia, não foi tão longe como o Governo pretendia.

Todos estes recuos do Governo PS/Sócrates foram fruto da luta dos trabalhadores mas não foram ainda suficientes

para alterar a natureza de uma política que elegeu os trabalhadores e os seus direitos como alvos a abater.

É preciso continuar a lutar contra este atentado, contra a arbitrariedade, os despedimentos e a fragilização dos trabalhadores.

Os trabalhadores e os sindicatos que os defendem não abdicam da defesa dos seus direitos.

Defesa de direitos feita por Sindicatos de homens e mulheres trabalhando colectivamente e desengane-se quem aqui eventualmente procura ou tende a procurar protagonismos individuais.

Camaradas, é preciso continuar a esclarecer, mobilizar e lutar para garantir mais uma grande e inequívoca resposta, desde já na jornada de luta do próximo dia 5 de Junho, de que os trabalhadores não aceitam esta política e continuarão a lutar de todas as formas possíveis para a derrotar.